

COP11

17/10/2005

Encontro de países da UE define estratégia para COP 11

Ministros do Meio Ambiente da Europa se encontrarão hoje (dia 17) em Luxemburgo para definir uma estratégia conjunta para a COP 11, que acontecerá em Montreal, Canadá, de 28 de novembro a 2 de dezembro. Serão discutidas novas metas para o ano de 2050 e estratégias para o período pós-Kyoto.

A comitiva do Reino Unido propôs re-estabelecer as metas, que foram delineadas por Ministros do Meio Ambiente em março, para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa de 60 para 80% até o ano de 2050. Mas estas medidas foram subsequentemente excluídas das discussões por chefes de estado e representantes do governo europeu, devido a insistência da Áustria e da Alemanha (Euractiv, 23 de março de 2005).

O Comissário do Meio Ambiente da União Européia, Stavros Dimas, disse em setembro que não esperava nenhum acordo que envolvesse metas como resultado da COP 11. "Eu gostaria de conseguir um acordo em Montreal, mas isto é irreal", Dimas falou aos repórteres em setembro. Ele ainda falou que a sua melhor expectativa é de serem iniciadas negociações.

A conversa entre os ministros acontece ao mesmo tempo que a União Européia se prepara para a segunda rodada dos Planos Nacionais de Alocação (NAPs - National Allocation Plans), os quais definem os tetos de emissões do setor industrial europeu dentro do EU Emission Trading Scheme (ETS). Fontes de dentro da Comissão Européia indicaram que alguns países europeus, liderados pela Polônia, estão forçando uma versão enfraquecida do ETS, o qual passará por uma revisão total em 2006.

Com informações do Euractiv.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=117085>

19/10/2005

Ministros da UE discutem estratégias para COP 11

Há menos de um mês da COP 11, em Montreal, ministros da União Europeia estão fazendo o possível para conseguir chamar o maior número possível de países para as discussões sobre as ações a serem tomadas em relação ao aquecimento global.

O primeiro período de comprometimento do Tratado de Kyoto se encerra em 2012 e os ministros europeus estão iniciando as discussões de estratégias a longo prazo para a mitigação do aquecimento global. O maior desafio da Comissão Europeia é conseguir reunir os países que respondem pela maior quantidade de emissões de gases do efeito estufa (GEE), incluindo os EUA e países com economias emergentes como a China, para chegar a acordos com medidas para a limitação das emissões.

Na segunda-feira, os ministros do meio ambiente da UE se encontraram para cumprir seus compromissos para com as políticas de redução do aquecimento global, mas não conseguiram definir com precisão linhas de ação para o período pós-2012.

Durante a COP 11, a UE pretende demonstrar os seus feitos, como o lançamento do Esquema de Comércio de Emissões (EU ETS - Emissions Trading Scheme) em janeiro deste ano, recomendando que outras nações adotem esquemas parecidos ou se juntem ao ETS.

"A estratégia global futura para a mitigação das mudanças climáticas deveria abranger inovações tecnológicas e com políticas de incentivo", disseram os ministros. Essas políticas de incentivo compreenderiam a comercialização de carbono e programas de P&D em novas tecnologias, assim como seu financiamento.

Além disso, os ministros apoiam o novo Presidente da COP nos esforços para chegar a um acordo para que o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) funcione mais eficientemente, uma preocupação frequentemente alarmada pelas companhias europeias.

Entretanto, os 25 ministros não fizeram avanços na questão das metas a serem atingidas pela redução das emissões de GEE para o ano de 2020 (muito menos 2050).

Mas eles reafirmaram o seu comprometimento em mitigar as mudanças climáticas e limitar o aquecimento global, para no máximo 2°C a cima do nível pré-industrial. "Muito ainda tem que ser feito" para que se possa cumprir esta ambição, declararam os ministros, considerando uma recente sugestão da Comissão para a inclusão do setor da aviação no EU ETS.

O Grupo ambientalista Greenpeace alegou que há "muitos elementos positivos" nas conclusões do Conselho de Meio Ambiente da UE, as quais "delineiam o comprometimento europeu para a mitigação das mudanças climáticas".

Mas adiciona: "o texto do processo pós-Kyoto é vago, e ignora a urgência de ser determinada uma data para finalização das negociações. Os representantes do Reino Unido, que dizem que as mudanças climáticas são uma das suas principais prioridades, tem sido subordinados pelos relacionamentos do país com os EUA", disse Mahi Sideridou, do Greenpeace. Enquanto isso, cientistas especialistas em clima da Universidade de Perdue, Indiana (EUA), fizeram previsões indicando que o verão do país será mais quente em várias regiões. O modelo prevê verões mais quentes e mais compridos nos EUA, assim como invernos menores, durante os próximos cem anos.

A 11ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas e 1ª Conferência das Partes do Tratado de Kyoto, acontecerá em Montreal, Canadá, de 28 de novembro a 2 de dezembro.

Com informações do Euractiv.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=117124>

28/11/2005

Conferência começa sem clima no Canadá

CLAUDIO ANGELO
da Folha de S.Paulo

Já não eram otimistas as perspectivas para a 11ª COP (Conferência das Partes) da Convenção do Clima, que reúne a partir de hoje em Montréal representantes de 189 países que deveriam decidir o futuro do combate aos gases de efeito estufa. O debate sobre como o mundo deve lidar com o problema a partir de 2012, quando o Protocolo de Kyoto expira, é ameaçado pelo impasse entre os EUA --que se recusam a aceitar metas de redução de emissões-- e a União Européia, favorável a elas.

E a situação só piora hoje, quando o Parlamento do Canadá, país-anfitrião, deve derrubar o governo do premiê Paul Martin, acusado de corrupção. Muitos ministros e parlamentares que deveriam estar na COP estarão se mobilizando para as eleições, que devem ser anunciadas já amanhã.

"Esse é um cenário de pesadelo que ambientalistas do mundo inteiro esperariam que fosse evitado", disse Elizabeth May, diretora-executiva da ONG verde Sierra Club no Canadá.

O que está em jogo

A COP-11 é a primeira reunião dos países signatários da Convenção do Clima da ONU depois da entrada em vigor, em fevereiro, do Protocolo de Kyoto.

O acordo determina que, entre 2008 e 2012, os países industrializados reduzam suas emissões de gases-estufa (em especial o dióxido de carbono, ou CO2) em 5,2% em relação aos níveis de 1990.

Kyoto quase afundou em 2001, quando o presidente dos EUA, George W. Bush, retirou o maior emissor de CO2 do mundo do tratado, alegando razões econômicas. A UE tomou a frente das negociações e salvou o protocolo, feito politicamente relevante mas que na prática não resolve o problema: sem os EUA, que detêm 36% das emissões do mundo desenvolvido, o acordo é inócuo.

A COP de Montréal tem como objetivo iniciar as negociações para um segundo período de compromisso do protocolo, de 2013 a 2017 ou 2020. O objetivo da UE é trazer para o tabuleiro tanto os EUA quanto grandes emissores do Terceiro Mundo, como Brasil, China e Índia --dispensados de reduzir emissões por Kyoto.

Especialistas avaliam que será uma tarefa difícil de cumprir. Primeiro, porque vários países aumentaram suas emissões de gases-estufa; só no Canadá,

esse aumento foi de 57,5% até 2003. O mundo subdesenvolvido aumentou suas emissões em 9,2%.

"Os europeus talvez introduzam metas maiores, de 10% de reduções até 2020", disse à Folha o secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg. Ele deve assinar na próxima segunda-feira, em Montréal, um acordo bilateral entre os Estados de São Paulo e da Califórnia (EUA) para combater emissões.

Depois, países como Brasil e China não querem nem ouvir falar em metas. "Os grandes responsáveis [pelo aquecimento global] são os países ricos. Eles assumiram na Convenção do Clima [em 1992] um compromisso de reduzir emissões, assim como o Brasil tem sua dívida externa", defende o físico Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. "O Brasil não deve ir à negociação com os leões e os lobos bancando o bobalhão", afirmou.

"MDL do B"

Numa revisão de uma posição histórica do Itamaraty, no entanto, o Brasil aceitou tocar, em Montréal, na sua maior ferida climática: as emissões causadas pelo desmatamento, que representam dois terços do total nacional.

O país deve apresentar na quarta-feira uma proposta de financiamento internacional para reduzir o desmatamento abaixo de um dado patamar, possivelmente gerando créditos negociáveis de redução de emissões.

Mas diplomacia brasileira, afirmou Pinguelli Rosa, está tomando o cuidado de não incluir a proposta no chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), dispositivo de Kyoto pelo qual os países pobres geram certificados de redução de emissões para quem tem metas a cumprir.

Até agora, a posição brasileira era a de não abordar o chamado desmatamento evitado --o que, aliás, será feito pela Costa Rica em Montréal. Com a nova proposta, ao mesmo tempo em que reconhece que é preciso fazer alguma coisa em relação às florestas, o Brasil se desobriga de uma redução compulsória de emissões.

Com "New York Times"

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13999.shtml>

28/11/2005

Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP11)

No dia de abertura da décima-primeira Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP11), em Montreal, no Canadá, representantes de diversos países vão negociar o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, único acordo multilateral do mundo que estabelece metas de redução absoluta de emissão de dióxido de carbono e outros gases que causam as mudanças climáticas.

Para o WWF-Brasil, é fundamental que o governo brasileiro apóie o início das negociações para os compromissos de redução dos gases de efeito estufa depois de 2012. “O protocolo de Quioto requer que as negociações comecem agora, em 2005”, diz Denise Hamú, Secretária-Geral do WWF-Brasil. “É preciso haver formalização dos comprometimentos de cada país para que seja possível negociar as metas depois de 2012, impedindo os impactos negativos das mudanças climáticas no mundo”, afirma.

Para que o encontro renda bons frutos, em Montreal, os países industrializados devem mostrar disposição para cortes maiores nas emissões de gases causadores do efeito estufa. Já os países emergentes devem demonstrar vontade de fazer sua parte na luta contra o aquecimento global. As negociações iniciadas agora tem que definir um mecanismo justo e equitativo para dividir os esforços entre países industrializados e em desenvolvimento.

As metas atuais de redução das emissões vão até 2012, um prazo muito curto para que as empresas interessadas possam tomar decisões de investimentos. “Se as empresas estão dispostas a trocar os poluentes combustíveis fósseis por alternativas mais limpas de energia, elas precisam saber que suas emissões de CO2 serão válidas até depois de 2012”, diz Giulio Volpi, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas para a América Latina e Caribe da Rede WWF. “Se existe uma coisa que os empresários e mercados odeiam é não saber o que vai acontecer no futuro - o clima de incertezas atual não favorece ninguém.”

Os representantes reunidos no Canadá devem assegurar também que os recursos financeiros sejam providos para ajudar países em desenvolvimento a gerenciar os impactos existentes do aquecimento global. “Os governos dos países industrializados tem que cumprir a promessa de assistência aos países menos desenvolvidos para que eles possam administrar os impactos das mudanças climáticas”, ressalta Volpi. “Os países desenvolvidos só terão credibilidade com países emergentes se as promessas feitas forem mantidas.”

Fonte: <http://www.brasiloste.com.br/noticia/1680/cop11>

28/11/2005 a 10/12/2005

Eleventh Session of the Conference of the Parties to the UN Framework Convention on Climate Change (COP 11) and First Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (COP/MOP 1) Montreal, Canada

In two weeks of talks, delegates to the UN Climate Change Conference in Montreal concluded the decade-long round of negotiations that launched the Kyoto Protocol and opened a new round of talks to begin considering the future of the international climate effort.

The meeting was a historic first – it served both as the 11th Session of the Conference of the Parties to the UN Framework Convention on Climate Change (COP 11), and, following Kyoto’s entry into force in February, as the 1st Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol (COP/MOP 1).

Key outcomes of the Montreal conference included decisions by the COP/MOP finalizing the Kyoto “rulebook” and strengthening the Clean Development Mechanism, and a pair of decisions to consider next steps – one under the Protocol, launching negotiations toward new binding commitments for Kyoto’s developed country parties; and another under the Framework Convention, opening a nonbinding “dialogue on long-term cooperative action.”

While the two decisions on next steps are not formally linked, the negotiations around them were closely intertwined. The European Union, Japan and Canada, obligated under Kyoto to begin considering new commitments, strongly favored a parallel process under the Convention as a way to engage both the United States and developing countries in future efforts. Some developing countries also actively supported a new Convention process and others agreed on the condition it would not “open any negotiations leading to new commitments.” The United States, not a party to the Protocol, insisted throughout the negotiations that it opposed any new process under the Convention. But in the final hours, as the major developing countries lined up behind the decision, leaving the United States isolated with Saudi Arabia, U.S. negotiators relented.

One notable shift in Montreal was a greater willingness among developing countries to discuss stronger developing country efforts. Several called for new mechanisms or agreements supporting voluntary developing country actions with market or other incentives. Papua New Guinea and Costa Rica won support for a new process to consider approaches to reduce emissions from deforestation. Brazil called for “positive incentives” for forest conservation and other steps to reduce emissions. South Africa, while rejecting absolute targets for developing countries, advocated a “Kyoto-Plus regime” in which developing countries “do our fair share.” Mexico suggested “voluntary commitments” such as national policies and measures or sectoral emission targets.

For many governments, reengaging the United States remained the higher priority. Canadian Prime Minister Paul Martin, in the midst of a campaign to keep his Liberal government in power, spoke for many when he pointedly criticized the U.S. position to the press, saying “there is such a thing as a global conscience, and now is the time to listen to it.” Former President Bill Clinton, meanwhile, was warmly received when he delivered an unusual surprise address on the final day of negotiations. Clinton, without explicitly addressing the negotiations or the U.S. position, emphasized the economic opportunities in addressing global warming and urged that the same precautionary approach driving the war on terrorism be applied to climate change.

The last-minute shift in the U.S. position may also have reflected mounting pressure from Congress for stronger U.S. engagement in the multilateral climate effort. Two weeks before the conference, Senators Richard Lugar and Joseph Biden, the chairman and ranking minority member of the Senate Foreign Relations Committee, introduced a resolution calling for U.S. participation in negotiations under the Convention to establish mitigation commitments for all major greenhouse gas-emitting countries. As the talks were underway, a bipartisan group of 24 Senators wrote President Bush urging that the United States, “at a minimum, refrain from blocking or obstructing” discussions about next steps under the Convention.

Following are summaries of key decisions. Full text of the COP 11 and COP/MOP 1 decisions is available at the UNFCCC website.

Negotiating New Kyoto Targets

As required under Article 3.9 of the Kyoto Protocol, the COP/MOP initiated a process to “consider further commitments” for Annex I (developed) countries for the period beyond 2012, when the first round of Kyoto emission targets expire.

The decision establishes an ad hoc working group open to all Kyoto parties but sets no specific deadline for completing the negotiations. It calls for the process to begin “without delay” and to conclude “in time to ensure that there is no gap between the first and second commitment periods.” The first meeting of the working group will be in May 2006.

The final negotiations on the decision went through the night as Russia, unhappy with how its views had been received in the informal “contact group,” continued to argue in plenary for a procedure allowing non-Annex I countries to take “voluntary commitments.” As a compromise, Russia accepted text in the COP/MOP conclusions referencing its proposal and inviting the President to undertake consultations and report back at COP/MOP 2.

Dialogue on Long-Term Cooperative Action

The COP, in a separate decision, launched a two-year dialogue “to analyse strategic approaches for long-term cooperative action to address climate change.”

At COP 10 in Buenos Aires, parties agreed to hold a one-time Seminar of Governmental Experts to discuss ongoing implementation and future action. The seminar, convened in May, provided the first space within the Convention process for parties to discuss future steps but made no formal report to the COP. The new dialogue advances the conversation to the next stage. It will be a series of up to four workshops led by two co-facilitators, one from a developed and one from a developing country. The facilitators will report to both COP 12 and COP 13.

The dialogue has four broad areas of focus: sustainable development, adaptation, technology, and market-based opportunities. Its aims are to support implementation of existing commitments under the Convention; support “actions put forward voluntarily by developing countries”; and “enable Parties to continue to develop effective and appropriate national and international responses to climate change.” The dialogue explicitly “will not open any negotiations leading to new commitments.”

The United States did not engage on the text until the final day, then agreed with only minor revisions, such as substituting “market-based opportunities” for “market-based mechanisms” and noting in the preamble that “there is a diversity of approaches to address climate change.”

Adoption of Marrakesh Accords

An essential task of COP/MOP-1 was to formally adopt the detailed rules for the operation of the Kyoto Protocol, which had been provisionally agreed at COP-7 as part of the Marrakesh Accords. Formal adoption of the Kyoto rules completed a cycle of negotiations initiated by the 1995 Berlin Mandate, which called for an agreement establishing quantified emission limits for developed countries.

The COP/MOP adopted all 19 decisions recommended by COP-7, including:

- Operating rules for the Protocol's three flexibility mechanisms – emissions trading, joint implementation (JI) and the Clean Development Mechanism (CDM).*
- Rules for crediting of domestic sink activities, including reforestation, forest management and agricultural management.*
- A compliance regime to review countries' eligibility to use the Protocol's flexibility mechanisms, and to impose consequences for non-compliance with a party's emissions target.*
- A detailed system for reporting and review of national emissions.*

For further background on the Marrakesh Accords, see the Pew Center reports on COP 6 bis and COP 7.

Kyoto Compliance

The only element of the Marrakesh Accords revisited by the COP/MOP was the legal means by which to establish the Protocol's compliance mechanism. Under Article 18 of the Protocol, any compliance procedures entailing binding consequences must be adopted as an amendment to the Protocol. Prior to the meeting, Saudi Arabia proposed such an amendment. After discussion, however, the COP/MOP decided to initially at least establish the compliance mechanism by decision rather than amendment, and referred the Saudi proposal to the Subsidiary Body on Implementation, which is to report back at COP/MOP 3. Parties also elected members of the facilitative and enforcement branches of the newly established Compliance Committee.

Clean Development Mechanism

A major goal in Montreal was strengthening and streamlining the Kyoto Protocol's Clean Development Mechanism, which allows credits from emission reduction activities in developing countries to be applied toward developed countries' emission targets.

Responding to concerns from business and from host countries that projects are moving too slowly through the CDM process, the COP/MOP approved steps to clarify rules, speed the development of methodologies, strengthen governance, and provide more funding for the CDM Executive Board. On crediting for early action, the decision allows for projects initiated between 2000 and late 2004 to receive retroactive credits if registered with the Executive Board by the end of 2006. To support the Board's operation, the decision established a levy on CDM proceeds to cover administrative expenses, and a number of developed countries announced additional voluntary pledges totaling nearly \$8.2 million.

The COP/MOP also opened the door for a broader range of potential CDM activities beyond those that are strictly project-based. While specifying that local or national policies or standards do not qualify as CDM projects, the decision allows project activities falling under a "program of activities" to be registered as a single CDM project, provided there are appropriate baseline and monitoring methodologies. This could allow for a so-called programmatic approach, crediting a range of activities such as energy efficiency improvements across a series of entities or an entire sector.

Deforestation

Responding to calls from a number of developing countries, the COP initiated a new process under the Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice (SBSTA) to consider possible approaches for reducing GHG emissions from deforestation.

The decision was prompted by a submittal from Papua New Guinea and Costa Rica stressing the importance of the issue and putting two ideas on the table: an "optional protocol" involving a group of developed and developing countries; and expansion of the CDM to permit crediting of activities to reduce deforestation, which is not now allowed. The submittal was supported by Bolivia, the Central African Republic, Chile, Congo, Democratic Republic of the Congo, the Dominican Republic, and Nicaragua.

The COP invited parties to submit views on issues such as additionality, leakage, permanence, and monitoring, and directed SBSTA to report back in two years.

Carbon Capture and Storage

Spurred by a new IPCC Special Report on Carbon Capture and Storage, both the COP and the COP/MOP took steps to consider ways to advance capture-and-storage technologies.

In its guidance to the Global Environment Facility (GEF), which administers assistance to developing countries, the COP asked the GEF to consider and report back on whether and how activities related to capture and storage could be integrated into its funding programs. The COP/MOP asked the CDM Executive Board to consider proposals for new methodologies to allow capture-and-storage projects under the CDM, with a view to presenting recommendations at COP/MOP 2. A workshop will be held at the next SBSTA meeting, in May 2006.

Adaptation Work Program

At COP 10, parties decided to develop a five-year work program on adaptation to be carried out by SBSTA. The five-year program adopted by the COP in Montreal aims to assist parties to improve their understanding of adaptation, impacts, and vulnerability, and to make informed decisions on practical actions and measures. These efforts are to consider not only climate change, but also natural climate variability, a point pressed by the United States.

To help parties better assess their vulnerability, the program is to promote improved vulnerability assessment tools, climate monitoring and projections, and understanding of variability and extreme events. To support adaptation planning and action, the program is to promote analysis and sharing of adaptation measures, research on adaptation technologies, and development of economic diversification strategies. The work will be carried out primarily through workshops, expert groups, and technical papers.

Adaptation Fund

The COP/MOP adopted initial guidance for the new Adaptation Fund established under the Marrakesh Accords, but deferred a decision on who will manage the fund until its next meeting.

Unlike other funds in the climate regime, which are supported solely by developed country contributions, the Adaptation Fund is financed in part by a "share of the proceeds" from the CDM. The issues in Montreal concerned governance – in particular, whether the fund will be managed by the GEF. Developing countries argued that the GEF's management arrangements reflect its donor basis and therefore are not appropriate for a fund financed through the CDM. The COP/MOP agreed to hold a workshop this spring to consider governance issues and to adopt further guidance at its next session.

Consult additional resources on international climate change policy.

Read summaries of previous COP meetings.

Fonte: http://www.pewclimate.org/what_s_being_done/in_the_world/cop11

29/11/2005

Pobres querem dinheiro para manter floresta de pé

da Folha de S.Paulo

A COP-11 (Décima Primeira Conferência das Partes) da Convenção do Clima da ONU começou ontem em Montréal, no Canadá, com o país-anfitrião pedindo uma ação mais ampla contra o aquecimento global.

"Vamos mirar uma abordagem mais eficaz, mais inclusiva e de longo prazo contra a mudança climática", disse o ministro do Ambiente canadense, Stéphane Dion, na abertura da conferência, que reunirá cerca de 10 mil representantes de 189 países até o dia 9 de dezembro. "É preciso mais ação agora", afirmou.

Por "abordagem inclusiva" Dion quis dizer que a guerra diplomática a ser travada em Montréal nos próximos dias tem o objetivo de trazer para as negociações de um novo acordo contra o efeito estufa (já que o Protocolo de Kyoto expira em 2012) dois grupos de países: um formado pelos Estados Unidos, maior emissor mundial de gases-estufa, e outro liderado por Índia, China e Brasil. Os EUA de George W. Bush se retiraram de Kyoto em 2001. Os gigantes do Terceiro Mundo não são obrigados a reduzir suas emissões por Kyoto, mas deverão ter de fazê-lo no futuro.

É do Terceiro Mundo que vem a principal novidade da COP-11. Amanhã, um bloco de nações em desenvolvimento liderado por Costa Rica e Papua Nova Guiné deve fazer uma proposta radical à conferência: eles querem receber dinheiro para preservar as florestas tropicais.

O grupo, autodenominado Coalizão das Florestas Tropicais, argumenta que o resto do mundo está se beneficiando da riqueza natural das florestas --inclusive de seu papel como agentes reguladores do clima-- sem dividir os custos. Uma forma de corrigir esse desequilíbrio seria fazer com que a manutenção das florestas, o chamado desmatamento evitado, pudesse gerar créditos de carbono negociáveis internacionalmente.

O Protocolo de Kyoto, único acordo internacional existente para reduzir as emissões de gases-estufa como o dióxido de carbono, já permite, por meio do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que países pobres vendam créditos às nações com metas de redução a cumprir. O desmatamento evitado, no entanto, está fora do esquema.

"O objetivo é alinhar os interesses das nações florestadas em desenvolvimento com os das nações industriais --com as últimas fornecendo mercados para créditos de carbono e produtos florestais", disse Sir Michael Somare, premiê papuano. "Se nós, as nações com florestas, reduzirmos nossas emissões de gases-estufa, deveríamos ser compensados por essas reduções", afirmou.

O Brasil, país que tem no desmatamento a fonte de dois terços de suas emissões --mas que sempre evitou tratar do tema no âmbito de Kyoto--, deve pegar carona na iniciativa da coalizão para propor também que a redução do desmatamento seja compensada de alguma forma num esquema pós-Kyoto. Mas sem metas obrigatórias de redução.

"O fato de Papua ter colocado [o assunto] na pauta abre o processo de discussão", disse à **Folha** o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. "Interessa apoio para o conceito de que a redução do desmatamento faça parte da Convenção [do Clima] --sem reabrir Kyoto."

Com "The Independent" e agências internacionais

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14003.shtml>

31/11/2005

Países discutem mudanças climáticas na COP 11 em Montreal

Ações para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa são o tema central da 11.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 11), que iniciou esta semana em Montreal, no Canadá.

Ações para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa são o tema central da 11.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 11), que iniciou esta semana em Montreal, no Canadá.

As divergências entre as nações reunidas são muitas. Os representantes da Europa esperam obter dos Estados Unidos e da China algum empenho para frear o aquecimento Global.

Outra preocupação dos 10 mil delegados dos 189 países participantes é com o que acontecerá após 2012, ano em que finaliza o primeiro período do Protocolo de Kyoto. O tratado prevê que os países signatários reduzam as emissões de CO2 em 5,2% no período entre 2008 e 2012, com base nos níveis de 1990.

O Greenpeace disse que já em 2008 as medidas concretas a serem implementadas após 2012 devem estar definidas. A organização chegou a propor a prorrogação do protocolo, para que "haja tempo para a ratificação e implementação" de medidas reais contra as mudanças climáticas.

Os olhos dos participantes da COP 11 estão voltados, sobretudo, aos Estados Unidos, que rejeitaram o Protocolo de Kyoto exatamente porque se recusa a cumprir metas preestabelecidas.

O chefe da delegação americana, Harlan Watson, disse durante o encontro que o governo de George W. Bush estava fazendo mais para proteger a atmosfera da Terra do que a maioria:

"No que diz respeito ao que os Estados Unidos estão fazendo sobre mudança climática, as ações que realizamos não têm par no mundo", disse Watson à agência de notícias Associated Press.

Foi rebatido pela ambientalista canadense Elizabeth May, da ONG Sierra Club: "Nós temos várias iniciativas positivas americanas aqui em Montreal, nenhuma delas da administração Bush, que representa a maior ameaça ao progresso global".

O governo de George W. Bush alega que assinar o Protocolo de Kyoto

prejudicaria o setor produtivo americano, obrigando-o a reduzir sua atividade enquanto países como a China ficam livres para produzir e poluir.

As ONGs WWF e Greenpeace concordam com a necessidade de países como China, Índia e Brasil também assumirem maiores responsabilidades. "Alguns países em desenvolvimento devem demonstrar sua disposição para cumprir sua parte", anunciou o WWF da Espanha.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=117791>

08/12/2005

Discurso da ministra Marina Silva na COP11, em Montreal

Intervenção da ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, durante o segmento de Alto Nível da 11ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças do Clima das Nações Unidas, em Montreal, no Canadá

Senhor Presidente

Desejo, inicialmente, felicitá-lo por sua designação para presidir os trabalhos desta mesa e reiterar o compromisso do Brasil com o fortalecimento das instâncias multilaterais para enfrentar o desafio da mudança do clima. Felicito, também, o Governo Canadense pelo esforço dispendido para assegurar o sucesso desta reunião. Trata-se de momento de crucial importância para o regime internacional de mudanças climáticas. Há um ano, encontrávamo-nos em Buenos Aires (Argentina) com a perspectiva otimista da entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Realizamos agora a 1ª Reunião das Partes do Protocolo, e é fundamental que a mensagem que saia daqui para o mundo seja de compromisso de todas as partes, do Norte e do Sul. As evidências de que as ações antrópicas têm afetado o equilíbrio do planeta não nos deixam muita margem para negociações lentas e pouco efetivas. Tampouco podemos nos dar ao luxo de aguardar por novas catástrofes naturais, que cada vez mais atingem de maneira igual países ricos e pobres, mas sempre sacrificando de maneira mais perversa as populações mais pobres desses países. No contexto das negociações internacionais, preocupa-me a forma como alguns países têm conseguido retardar ou dificultar negociações com base em seus interesses imediatos, de ordem puramente econômica. A entrada em vigor do Protocolo de Quioto foi um momento importante no regime internacional de mudança climática, mas não podemos deixar de reconhecer o tempo que se passou até que esse instrumento se tornasse realidade e as consequências decorrentes desse atraso. A população do Planeta espera de nós mais do que novos papéis. É hora de provarmos, não a nós mesmos, mas às sociedades que aqui representamos, que estamos mais comprometidos do que os resultados de nossas ações até agora demonstraram. O Brasil, ao lado dos países em desenvolvimento, tem sido um permanente defensor do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. Trata-se de princípio consagrado na maior parte dos acordos internacionais ambientais e meu país, ao tempo em que o reafirma, quer também dizer ao mundo que responsabilidades diferenciadas não significam ausência de responsabilidades. Por isso o Brasil tem feito sua parte. Durante a reunião de Buenos Aires, o Brasil apresentou ao mundo seu Comunicação Nacional. Na oportunidade, num trabalho de altíssima qualidade e transparência, apresentamos não apenas nosso inventário de emissões, mas, também, as ações que o nosso governo vinha tomando para reduzi-las, especialmente no que diz respeito à expressiva parcela de 75% decorrentes do desmatamento na Amazônia. É, portanto, com grande satisfação que compareço aqui para anunciar que, pela primeira vez, desde 1997, verifica-se redução nas taxas de desmatamento

da Amazônia. Os dados de 2005, divulgados no Brasil há dois dias, apontam uma acentuada redução de 31% nessas taxas. É importante notar que se verificou queda nas taxas de desmatamento em todas os estados amazônicos, mas essa queda foi particularmente forte nas áreas onde houve maior intervenção do Governo Federal por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o mesmo plano que apresentamos em Buenos Aires.

A queda na taxa de desmatamento do Brasil é mostra inegável do compromisso brasileiro com a redução das emissões brasileiras. As ações do Plano de Controle do Desmatamento não constituem esforço desprezível. Pelo contrário, pela variedade de atores que afeta, pela grande quantidade de interesses que contraria, o plano transformou-se num delicado exercício de internalização da variável ambiental em outros setores do Governo. Pelo seu alcance, complexidade e pelo número de setores que envolve, o Plano exigiu coordenação além da esfera ambiental. Ele é coordenado no mais alto nível governamental, pela Casa Civil, e acompanhado diretamente pelo Presidente da República. Não é um esforço da área ambiental. É um esforço de Governo.

Estou falando do Brasil, mas vários outros países em desenvolvimento têm, igualmente, feito esforços no sentido de compatibilizar suas legítimas aspirações de desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente. Não há razões para que países dotados de condições econômicas e sociais altamente favorecidas hesitem em assumir seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto sob a argumentação de que países em desenvolvimento não têm responsabilidades com o regime do clima.

É fundamental que essa Conferência reconheça os esforços dos países em desenvolvimento e reconheça, também, que a contribuição histórica desses países para o estado atual do clima do planeta é baixa. Essa é a razão pela qual o Brasil não aceita a idéia de metas e prazos compulsórios. Temos defendido a noção de incentivos positivos aos países em desenvolvimento para que, levando em conta suas responsabilidades diferenciadas, seus objetivos e circunstâncias específicos, possam adotar políticas e medidas e formular e implementar programas nacionais para mitigar a mudança do clima.

É com essa convicção que saúdo os encaminhamentos dados à proposta submetida por Papua Nova Guiné e Costa Rica nesta Conferência no sentido de que se possam avaliar as perspectivas de adoção de incentivos positivos para os países em desenvolvimento que comprovarem seus esforços de conservação das florestas. O valor das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento já é, hoje, significativo o suficiente para que nos debruçemos sobre esse problema e incluamos mecanismos que apoiem esforços no sentido de sua contenção.

Para o Brasil, a despeito dos avanços já alcançados, precisamos agora fazer com que esses resultados sejam permanentes. Isso implica, por parte da comunidade internacional, o reconhecimento de que a conservação das florestas tropicais é importante para o equilíbrio climático do planeta. Por isso, em adição aos esforços que os países em desenvolvimento já têm promovido, é necessário que se avaliem mecanismos pelos quais esses países possam ser incentivados à adoção de medidas nesse sentido.

Estou convencida de que esforços voluntários para reduzir o desmatamento constituem uma situação onde todos são vencedores. Para o Planeta, de maneira geral, assegura-se significativa redução das emissões globais de

gases de efeito estufa. Para os países em desenvolvimento, asseguram-se alternativas de desenvolvimento que valorizem a floresta em pé, maximizando os benefícios da exploração sustentável dessas áreas e promovendo a correta distribuição dos benefícios econômicos, com transparência e controle social.

Contudo, Senhor Presidente, os esforços dos países em desenvolvimento para a proteção de seus ecossistemas podem ser anulados pela ausência de comprometimento com as decisões que tomamos no passado no âmbito desta Convenção. Por isso, ao fim de minha fala, quero também reiterar o apoio e o comprometimento do Brasil com o Protocolo de Quioto, esse importante instrumento internacional, objeto de tão longas e complexas negociações e que, agora em vigor, teve suas regras de procedimento finalmente adotadas.

O Brasil, autor da idéia do MDL, ainda em 1997, responsável pelo maior número de projetos de MDL aprovados até o momento pelo Executive Board, reitera a importância de que esta Conferência lance, conforme esperado, o processo de negociações para o segundo período de compromissos do Protocolo.

O que temos feito é, ainda, insuficiente. A complexidade e a gravidade do problema das mudanças climáticas requerem respostas e ações ainda mais fortes. O momento atual requer a superação de antigos impasses e a construção de políticas equilibradas que enfoquem a questão do regime internacional de mudança climática sob o prisma dos impactos que já vivemos e daqueles de mais longo prazo. Qualquer ação contrária ou, pior, inação, será a mensagem que daremos ao mundo de que, afinal, o problema não merece preocupações de nossa parte.

Muito obrigada.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=117925>

08/12/2005

Redução de desmatamento pode valer dinheiro a partir de 2008

CLAUDIO ANGELO
da Folha de S.Paulo

O Brasil espera ver funcionando já a partir de 2008 um mecanismo da Convenção do Clima da ONU que estimule os países subdesenvolvidos a reduzir o desmatamento em suas florestas, cortando, por tabela, suas emissões de gases de efeito estufa.

A proposta de criação desse mecanismo foi aprovada anteontem pelos delegados da 11ª COP (Conferência das Partes) da convenção, que termina nesta sexta-feira em Montréal, Canadá. Eles concordaram em iniciar as discussões sobre o assunto em maio de 2006.

O acordo prevê que os países criem "incentivos positivos", ou seja, medidas econômicas para estimular nações pobres --que não são obrigadas, pelo Protocolo de Kyoto, a reduzir suas emissões-- a atacar o desmatamento, que, só no Brasil, lança cerca de 200 milhões de toneladas de carbono por ano na atmosfera.

Não se sabe que forma terão esses incentivos, mas membros da delegação brasileira descartam o chamado comércio de emissões (ou seja, a geração de "créditos de carbono" para países com metas de redução a cumprir).

O G-77, bloco dos países pobres, conseguiu evitar que o debate sobre florestas entre na discussão de um regime internacional de combate ao efeito estufa que substitua o acordo de Kyoto, que vence em 2012. Na prática, consolida-se o que os diplomatas chamam de "dois trilhos" da Convenção do Clima: um que discute metas obrigatórias para as nações industrializadas, outro que estabelece medidas voluntárias para que nações do G-77 participem do combate ao aquecimento global, mas com medidas voluntárias.

"Uma vantagem disso é o prazo, porque poderemos ter esse mecanismo funcionando já em 2008, enquanto o regime pós-Kyoto só entraria em funcionamento depois de 2012", disse à Folha um membro da delegação brasileira.

O Brasil não quer nem ouvir falar em metas obrigatórias de redução de emissões, por entender que o aquecimento global é um problema causado principalmente pelos ricos --segundo o chamado princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas.

Ambientalistas comemoraram a decisão da COP-11 sobre florestas, mas fizeram críticas à posição brasileira, que, segundo eles, esvazia o pós-Kyoto. "A gente queria uma estratégia menos defensiva, que já incluísse isso [a redução do desmatamento] no pós-2012", disse Rubens Born, do Instituto Vitae Civilis, membro da aliança de ONGs Climate Action Network. "Responsabilidade comum mas diferenciada não é responsabilidade zero."

Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), co-editor do livro "Desmatamento Tropical e Mudança Climática", lançado ontem em Montréal, diz que "um passo importante" foi dado na convenção com a possibilidade da inclusão das florestas em pé. Ele afirma, no entanto, que um mecanismo de compensação que exclua o mercado de carbono, como um fundo, tende a não funcionar. "Não é preciso estabelecer metas, mas é preciso valorar o carbono." As ONGs deram ontem o "prêmio" satírico "fóssil do dia" à Itália, por ter defendido avanços tecnológicos em combustíveis fósseis contra o aquecimento global. Os EUA também ganharam o prêmio, por sua objeção à palavra "diálogo" no rascunho do texto de decisão da COP-11.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14034.shtml>

09/12/2005

Brasil conquista bons resultados na Conferência de Mudanças do Clima

A 11ª Conferência das Partes de Mudanças do Clima (COP11), aberta no último dia 28 de novembro em Montreal, no Canadá, termina hoje (dia 9 de dezembro), com um saldo extremamente positivo para o Brasil, em particular para o setor empresarial. Promovido no dia 5 de dezembro como evento paralelo à COP11, o workshop “New CDM Market in Brazil: Structure and Opportunities” (Novo mercado de MDL no Brasil: Estrutura e oportunidades) representou um marco para assegurar a posição de liderança internacional do Brasil no promissor mercado de carbono que entra em operação com excelentes perspectivas de gerar negócios sustentáveis. Estima-se que até 2012, quando termina a primeira fase de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa previstas pelo Protocolo de Quioto, haverá um investimento na ordem de US\$ 100 bilhões nos países em desenvolvimento.

A COP 11 é a primeira conferência mundial de mudanças do clima após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em fevereiro de 2005. Promovido pelo CEBDS e BM&F e com apoio do governo brasileiro e de outras três empresas associadas (Petrobras, CVRD, Plantar e White Martins), o workshop reuniu na sala Rivière Bay du Nord River, no Palais de Congrès, aproximadamente 200 pessoas de diversos países, entre especialistas, representantes governamentais e investidores.

O evento foi estruturado em dois blocos. No primeiro, foram destacadas as ações e iniciativas do governo brasileiro visando fomentar e apoiar o desenvolvimento de projetos de MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) no Brasil. Participaram desse bloco Luiz Figueiredo, ministro do Itamaraty e chefe da delegação brasileira; Newton Paciornick, representante da Autoridade Nacional Designada no Brasil; Víctor Zveibel, representante do Ministério do Meio Ambiente; Marcos Otavio Prates, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e Samira Sana de Souza, representando o Ministério das Minas e Energia. Merece ser destacada a posição do governo brasileiro na defesa da proposta de buscar incentivos para as medidas que visem a redução de desmatamento.

Na segunda parte do evento foram destacadas as oportunidades concretas MDL no Brasil, bem como os aspectos financeiros e o estágio deste hoje no país. Fábio Marques, da Plantar, destacou a sustentabilidade do projeto de produção siderúrgica a partir do carvão vegetal oriundo de florestas plantadas. Em seguida, Oswaldo Luccon, representando a Secretaria do Meio Ambiente

do Estado de São Paulo, ressaltou as oportunidades e vantagens comparativas do Brasil na área de etanol e biodiesel, inclusive quanto à geração de créditos no âmbito do mercado de carbono. A última etapa deste bloco ficou por conta dos representantes da BM&F, Guilherme Fagundes e Virgílio Gibbon, que apresentaram o funcionamento do banco de projetos de MDL, instrumento criado para facilitar e estimular os negócios, aproximando compradores e vendedores atuantes no mercado de carbono.

O representante do BNDES, Eduardo Bandeira de Mello, encerrou o workshop, destacando os novos mecanismos que o banco está implantando para apoiar todas as fases dos projetos de MDL no Brasil. O BNDES é hoje uma das maiores instituições financiadoras de projetos do mundo.

O workshop, conduzido pelo presidente da Câmara Técnica de Mudança do Clima e Energia do CEBDS, Luis César Stano, teve uma repercussão bastante positiva, o que pôde ser constatado por meio das inúmeras declarações espontâneas da audiência, bem como pelo número de contatos realizados com os palestrantes após o evento. Além de Stano e da coordenadora da Câmara de Mudança do Clima do CEBDS, Marina Grossi, participaram o presidente executivo do Fórum Paulista de Biodiversidade e Mudança Climática Fábio Feldmann, e o professor Gylvan Meira Filho, referência mundial em mercado de carbono e um dos idealizadores da montagem técnica e institucional do modelo de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo adotado internacionalmente. (Ascom CEBDS)

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/12/09/22126-brasil-conquista-bons-resultados-na-conferencia-de-mudancas-do-clima.html>

12/12/2005

Países firmam acordos com e sem EUA para combater aquecimento global

Após dez dias de negociações, a COP 11 foi encerrada com um acordo para definir as medidas a serem adotadas contra as alterações climáticas após 2012 - quando encerra o a vigência do Protocolo de Kyoto. Os EUA não participam desse pacto

Depois de duas semanas discutindo o futuro do Protocolo de Kyoto e alternativas para lidar com o aquecimento global, os países reunidos na 11.^a Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP11) encerraram o encontro com um acordo para definir as medidas a serem adotadas contra as alterações climáticas após 2012 - quando encerra o primeiro período de vigência do Protocolo de Kyoto.

O pacto alcançado em Montreal deixa claro que ainda não há negociações sobre estas medidas, mas garante o início de um diálogo com este objetivo, segundo fontes do bloco europeu.

O acordo, que envolve os países signatários do tratado Kyoto e não conta com os Estados Unidos, foi firmado após intensas negociações entre as delegações europeia e canadense. Para se tornar oficial, o texto precisa passar pela aceitação formal de todas as partes.

Entre as principais medidas previstas estão a adoção de oficinas de trabalho para definir passos contra o efeito estufa e as mudanças climáticas.

Com EUA - Antes do encerramento do encontro também foi aprovado um segundo acordo para o início do diálogo entre todos os países do mundo sobre formas de cooperação de longo prazo na luta contra o aquecimento global.

O presidente da conferência, o ministro do Meio Ambiente canadense, Stéphane Dion, anunciou - entre os aplausos de delegados que, em alguns casos, mantiveram 24 horas de negociações sem dormir - que os acordos são uma "grande vitória para a comunidade mundial".

Os Estados não haviam aceitado o segundo por considerar que obrigaria o país a iniciar conversações formais para estabelecer reduções obrigatórias de gases do efeito estufa, similares às que são submetidos os Estados que ratificaram o Protocolo de Kioto. Mas com a intensa pressão exercida por União Europeia, Canadá, Japão e países em Desenvolvimento, os EUA acabaram aceitando o último texto apresentado pela UE.

Contribuição nacional - Para o Brasil, a COP 11 foi uma oportunidade para incentivar a preservação da Floresta Amazônica. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, lançou oficialmente a proposta brasileira de apoio financeiro internacional para a preservação da Amazônia, como forma reduzir as emissões de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento.

Ela cobrou a adoção de "incentivos positivos para os países em desenvolvimento que comprovarem seus esforços de conservação das florestas". Algo que, garante, o Brasil já está fazendo. "O valor das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento já é, hoje, significativo o suficiente para que nos debruçemos sobre esse problema", disse a ministra.

Os mecanismos e o funcionamento ainda precisam ser negociados, mas o Brasil atingiu o objetivo de colocar o tema na pauta de negociações da convenção. A ministra se queixa de que apenas projetos de reflorestamento são valorizados enquanto deveria se dar mais importância para a manutenção da floresta em pé.

"Se você derrubar uma floresta e plantar pinus no lugar dela, consegue ser remunerado. Mas, se mantém a floresta em pé, não", disse ao Jornal O Estado de São Paulo o secretário-executivo do ministério, Claudio Langone.

Cerca de 75% das emissões brasileiras de dióxido de carbono (CO₂), principal gás do efeito estufa, são provenientes do desmatamento na Amazônia. O gás é estocado pela vegetação no processo de fotossíntese, e acaba liberado para a atmosfera quando essa vegetação é cortada ou queimada. Evitar o desmatamento, portanto, seria a maneira mais eficaz de reduzir a contribuição brasileira para o aquecimento do planeta.

Fonte: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias5/noticia=117959>

13/12/2005

Resultados da COP 11

Pouco tem transparecido acerca das conclusões da 11^a *Conference of the Parties* (agora designada por MOP 1 – *Meeting of the Parties*) que estava prevista realizar-se em Montreal entre 28 de Novembro e 9 de Dezembro de 2005. Mas a reunião prolongou-se noite a dentro do último dia e só acabou às 6 h 05 m da manhã do dia 10.

Este facto é indicativo das dificuldades para se atingirem resultados positivos. De momento, a nível oficial, conhece-se a [press release](#) do secretariado da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas das Nações Unidas. Parece tudo muito secreto.

Os relatos jornalísticos são, como sempre, distorções da realidade. Enaltecem os resultados, mas não se percebe bem porquê. Dizer-se que «Cimeira de Montreal reabre esperança num acordo global» como vem estampado na folha de rosto do PÚBLICO de Domingo 11 de Dezembro de 2005, é manifestamente ridículo. Reabre?

Aquela *press release* das NU também pouco ou nada diz de concreto. O seu próprio título «*Montreal climate conference “rule book” of Kyoto Protocol*» é desanimador para quem tinha tantas esperanças antes do início da MOP 1.

«As associações de ambiente da Europa apontam para a necessidade de ... uma redução de 20 a 30% das emissões de gases de efeito de estufa (com base no ano de 1990) até 2030...e de 60 a 80% até 2050» - [Declaração](#) da Direcção Nacional da Quercus, do dia 28 de Novembro de 2005.

Nada disto se encontra na *press release* das Nações Unidas. Fala vagamente no acordo entre as partes para negócios dos países ricos a serem implementados nos países pobres. Isso é dito de modo tecnocrático comum aos escritos do *Intergovernmental Panel on Climate Change*.

Remete para o acordo de Marraquexe que está inserido no Protocolo de Quioto mas que até agora pouca utilidade tem tido. O principal objectivo da Conferência que era a de trazer os Estados Unidos da América e a Austrália para dentro do Protocolo de Quioto não foi alcançado.

Essa entrada seria feita com aceitação do compromisso destes países atingirem metas bem definidas das emissões de gases com efeito de estufa que é precisamente o calcanhar de Aquiles do Protocolo.

Uma vez ratificados os valores e se não fossem alcançados, estes países teriam de efectuar transferências fabulosas de dinheiro para a Rússia e outros

países da Europa oriental. Isso seria feito cegamente sem se saber o destino desses dinheiros.

O prof. William D. Nordhaus escreveu um artigo notável, em 1999, intitulado «[Requiem for Kyoto: An Economic Analysis](#)». A sua leitura permite avaliar as somas astronómicas de dinheiro a serem transferidas dos países que perdem para os que ganham com o Protocolo.

Isso aconteceria sem o mínimo efeito para qualquer variável climática. Até o IPCC, num dos seus documentos para a manipulação dos decisores políticos «*Summary for Policymakers, WG III, 2001*», na p. 51, se referiu ao estudo de Nordhaus. Mas fê-lo disfarçadamente como sempre o faz quando os estudos não são convenientes. Mas ignorar o prof. W.D. Nordhaus era demasiado...

Além disso, quem avalia os valores das emissões declaradas pelos países recebedores daqueles dinheiros? Merecem confiança os números anunciados pelos respectivos governos? Será que vai aparecer um mercado negro do carbono? As máfias de leste interessar-se-ão pelo mercado de carbono?

Pelo contrário, os Estados Unidos da América anunciaram o estabelecimento de um Tratado Ásia-Pacífico, paralelo ao Protocolo de Quioto, que inclui a Austrália, o Japão, a China, a Coreia e a Índia. Este tratado, que foi ocultado pelos media nacionais, estabelece o princípio da cooperação e não da coacção. Em Janeiro de 2006 vai realizar-se a primeira reunião dos parceiros.

Os norte-americanos para vincarem a importância deste tratado, anunciaram que em Janeiro será a secretária de Estado Condoleezza Rice a presidir à delegação. Contrariamente, em Montreal foi apenas um sub-secretário de Estado que a chefiou.

Aguardam-se mais detalhes sobre as conclusões da COP 11–MOP 1 para se poder avaliar os resultados efectivamente alcançados com o Protocolo de Quioto que, cada vez mais, mostra ser um acordo comercial para emissões de gases tornadas em mercadoria.

Fonte: <http://mitos-climaticos.blogspot.com/2005/12/resultados-da-cop-11.html>